FERNANDA RENNHARD BISELLI TAQUES

**RECORRIBILIDADE DAS DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS DE
PRIMEIRO GRAU**

Dissertação de Mestrado

Orientador: Professor Associado Dr. Antonio Carlos Marcato

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO**

São Paulo - SP

2020

FERNANDA RENNHARD BISELLI TAQUES

**RECORRIBILIDADE DAS DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS DE
PRIMEIRO GRAU**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Direito, na área de concentração Direito Processual Civil, sob a orientação do Prof. Associado Dr. Antonio Carlos Marcato.

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO**

São Paulo - SP

2020

Taques, Fernanda Rennhard Biselli

Recorribilidade das decisões interlocutórias de primeiro grau. São Paulo, 2020. 344p.

Dissertação de Mestrado – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Programa de Pós-Graduação em Direito.

Área de Concentração: Direito Processual.

Orientador: Professor Associado Antonio Carlos Marcato.

1. Recorribilidade; 2. Decisões interlocutórias; 3. Agravo de Instrumento; 4. Preclusão; 5. Oralidade.

FERNANDA RENNHARD BISELLI TAQUES

**RECORRIBILIDADE DAS DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS DE
PRIMEIRO GRAU**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Direito, na área de concentração Direito Processual Civil, sob a orientação do Prof. Associado Dr. Antonio Carlos Marcato.

Aprovado em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

*A Vinicius e João Pedro,
os grandes amores da minha vida.*

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus e a Nossa Senhora, sem os quais não haveria nem mestrado nem dissertação.

Rendo agradecimentos infinitos ao meu amado marido Vinicius, engenheiro completamente alheio à área do Direito e, mesmo assim, quase coautor deste trabalho por ter sido responsável por prover, com todo amor e paciência, praticamente todo o tempo necessário para a redação desta dissertação, despendendo os melhores cuidados ao nosso filho João Pedro e ao nosso lar quando eu não podia estar presente.

Agradeço à minha mãe, Jacqueline Ann Rennhard Biselli, minha maior fonte de força, auxílio e apoio incondicional, e ao meu pai, Dr. Mario Biselli, que desde a infância me ofereceu o mais belo exemplo de carreira acadêmica, ainda que na área da arquitetura.

Agradeço imensamente ao Professor Antonio Carlos Marcato, que me orientou, foi muito paciente e, acima de tudo, confiou em mim, concedendo-me a maravilhosa oportunidade de cursar a Pós-Graduação da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

Agradeço aos Professores Heitor Vitor Mendonça Sica e Daniel Amorim Assumpção Neves pelas valiosas contribuições e críticas apresentadas no Exame de Qualificação, que foram fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho.

Agradeço aos colegas e amigos Felipe Roberto Rodrigues e Luiz Roberto Hijo Sampietro, fontes de infindáveis dicas e preciosos conselhos nos bancos da Pós-Graduação.

Agradeço vivamente ao caro amigo Lorenz Scholtis que, mesmo do outro lado do mundo, teve a paciência de conversar e trocar comigo infindáveis e-mails acerca das inúmeras questões que surgiram com o estudo do processo civil alemão. E, logicamente, agradeço também à querida amiga Josiane Marilyn Mahugnon Sozonli, por nos apresentar.

Agradeço aos meus chefes e colegas de trabalho, dentre os quais destaco o Dr. Roberto Catalano Botelho Ferraz e o Dr. Nelson Souza Neto, que sempre incentivaram a pesquisa acadêmica e foram inigualavelmente compreensíveis e flexíveis diante do tempo que precisei dedicar à Pós-Graduação.

Por fim, agradeço aos meus tantos amados amigos que rezaram por mim e aos meus queridos estagiários que, extremamente tolerantes aos meus constantes abusos acadêmicos, permitiram que eu tivesse acesso aos privilégios detidos perante às bibliotecas de suas Universidades, o que sem dúvida alguma contribuiu para a ampliação da minha pesquisa.

RESUMO

TAQUES, Fernanda Rennhard Biselli. **Recorribilidade das decisões interlocutórias de primeiro grau**. 2020. 344p. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

A presente dissertação teve por objetivo o estudo da recorribilidade das decisões interlocutórias proferidas em primeiro grau de jurisdição após a entrada em vigor do Código de Processo Civil de 2015 (Lei nº 13.105/2015). O trabalho é iniciado por investigação histórica e análise comparativa dos modelos de recorribilidade português, alemão e norte-americano, seguidos do exame da relação que existe entre oralidade, preclusão e recorribilidade das decisões interlocutórias. Mediante a análise doutrinária, jurisprudencial e empírica, a proposta é investigar quais os meios de impugnação que as decisões interlocutórias proferidas em primeira instância passaram a desafiar, com especial enfoque na extensão de seu cabimento, na técnica de recorribilidade escolhida para cada espécie de decisão intercalar e na análise das implicações e consequências advindas das alterações promovidas.

Palavras-chave:

1. Recorribilidade; 2. Decisões interlocutórias; 3. Agravo de Instrumento; 4. Preclusão; 5. Oralidade.

ABSTRACT

TAQUES, Fernanda Rennhard Biselli. **Appealability of first instance interlocutory decisions**. 2020. 344p. Dissertation (Master Degree) – Law School, University of São Paulo, São Paulo, 2020.

The purpose of this dissertation was to study the appeal of interlocutory decisions rendered at first instance after the edition of the 2015's Civil Procedure Code (Law nº 13.105/2015). The paper is initiated by a historical investigation and a comparative analysis of the Portuguese, German and North American models of appeal, followed by an examination of the relationship that exists between orality, preclusion and the appeal of interlocutory decisions. Through doctrinal, jurisprudential and empirical analysis, the proposal is to investigate which means of impugnation are now available against interlocutory decisions rendered at first instance, with special focus to the extension of their admissible use, to the appeal technique chosen for each type of interlocutory decision and to the analysis of the implications and consequences arising from the changes that were promoted.

Keywords:

1. Appealability; 2. Interlocutory decisions; 3. Interlocutory appeal; 4. Preclusion; 5. Orality.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	4
CAPÍTULO 1 – ORIGEM E EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO RECURSO DE AGRAVO.....	8
1.1. Direito Romano.....	8
1.2. Direito Canônico	12
1.3. Direito Lusitano	14
1.3.1. Período anterior às Ordenações	14
1.3.2. As Ordenações do Reino Português.....	17
1.3.3. Direito lusitano posterior	20
1.4. Direito Brasileiro.....	22
CAPÍTULO 2 - DIREITO ESTRANGEIRO	29
2.1. Breves notas sobre as tradições jurídicas da <i>civil law</i> e da <i>common law</i> e o estudo do direito comparado	29
2.2. MODELO PORTUGUÊS	36
2.2.1. Organização Judiciária.....	36
2.2.2. Princípios e objetivos do processo.....	38
2.2.3. Recorribilidade das decisões interlocutórias.....	41
2.3. MODELO ALEMÃO.....	48
2.3.1. Organização Judiciária.....	48
2.3.2. Princípios e objetivos do processo.....	50
2.3.3. Recorribilidade das decisões interlocutórias.....	54
2.4. MODELO NORTE-AMERICANO.....	63
2.4.1. Organização Judiciária.....	66
2.4.2. Princípios e objetivos do processo.....	68
2.4.3. Recorribilidade das decisões interlocutória.....	73
2.5. CONCLUSÕES PARCIAIS	80
2.5.1. Classificação dos modelos.....	80
2.5.2. A recorribilidade das decisões interlocutórias.....	85
CAPÍTULO 3 – RECORRIBILIDADE E ORALIDADE.....	92
3.1. Histórico e a teoria Chiovendiana	92
3.2. Experiência brasileira.....	101
3.2.1. Juizados Especiais Cíveis	104
3.2.2. Justiça do Trabalho	108

3.3.	Conclusões Parciais.....	111
CAPÍTULO 4 – RECORRIBILIDADE E PRECLUSÃO		114
4.1.	Aspectos gerais da preclusão	114
4.2.	Relação entre preclusão e os diferentes regimes de recorribilidade das decisões interlocutórias	120
4.3.	Breves conclusões parciais: uma analogia ao conto dos três porquinhos	126
CAPÍTULO 5 - A RECORRIBILIDADE DAS DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS DE PRIMEIRO GRAU NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015		129
5.1.	SÍNTESE DAS ALTERAÇÕES PROMOVIDAS	129
5.2.	CRÍTICAS À RESTRIÇÃO DAS HIPÓTESES DE RECORRIBILIDADE IMEDIATA DAS DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS DE PRIMEIRO GRAU.....	136
5.2.1.	A oralidade no CPC/2015	136
5.2.2.	Consequências da postergação do momento de impugnação das decisões interlocutórias	139
5.2.2.1.	Risco de dano ao processo ou à parte.....	139
5.2.2.2.	Ausência de interesse recursal em razão da absoluta inutilidade de impugnação ao final	148
5.2.2.3.	A decisão que nega eficácia a negócio jurídico processual	153
5.2.3.	O rol do art. 1.015 e seu alcance	156
5.2.3.1.	Analogia e interpretação extensiva	156
5.2.3.2.	O entendimento firmado pelo Superior Tribunal de Justiça	164
5.2.4.	Conclusões parciais.....	170
5.3.	OS TRÊS REGIMES DE RECORRIBILIDADE DAS DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS	173
5.3.1.	Recorribilidade ampla e futura: parágrafo 1º do art. 1.009.....	173
5.3.2.	Recorribilidade casuística e imediata: os incisos do art. 1.015	185
5.3.2.1.	Tutelas Provisórias	186
5.3.2.2.	Mérito do Processo	191
5.3.2.2.1.	Breves apontamentos sobre a Teoria dos Capítulos de Sentença e Cumulação de Pedidos.....	191
5.3.2.2.2.	Alterações legislativas do conceito de sentença e o § 6º do art. 273 do CPC/1973	195
5.3.2.2.3.	O julgamento antecipado parcial do mérito (art. 356 do CPC/2015).....	203
5.3.2.2.4.	Amplitude da hipótese de cabimento do agravo de instrumento....	211

5.3.2.2.5. Recorribilidade das decisões interlocutórias objetivamente complexas que contenham parcelas sujeitas à impugnação por meio de recursos diferentes.....	217
5.3.2.3. Rejeição da alegação de convenção de arbitragem	223
5.3.2.4. Incidente de desconconsideração da personalidade jurídica.....	227
5.3.2.5. Rejeição do pedido de gratuidade da justiça ou acolhimento do pedido de sua revogação	230
5.3.2.6. Exibição ou posse de documento ou coisa	234
5.3.2.7. Exclusão de litisconsorte.....	239
5.3.2.8. Rejeição do pedido de limitação do litisconsórcio.....	242
5.3.2.9. Admissão ou inadmissão de intervenção de terceiros.....	249
5.3.2.9.1. Assistência.....	250
5.3.2.9.2. Denúnciação da Lide	253
5.3.2.9.3. Chamamento ao Processo.....	257
5.3.2.9.4. <i>Amicus Curiae</i>	260
5.3.2.10. Concessão, modificação ou revogação do efeito suspensivo aos embargos à execução	263
5.3.2.11. Redistribuição do ônus da prova nos termos do art. 373, § 1º	265
5.3.2.12. Outros casos expressamente referidos em lei.....	269
5.3.3. Recorribilidade ampla e imediata: o parágrafo único do art. 1.015.....	271
5.3.3.1. A não taxatividade do parágrafo único do art. 1.015 e o processo de recuperação e falência.....	277
CAPÍTULO 6 – MANDADO DE SEGURANÇA CONTRA ATO JUDICIAL.....	283
6.1. Breve esboço histórico.....	283
6.2. Os <i>writs</i> norte-americanos e sua impetração contra atos judiciais	291
6.3. Mandado de Segurança contra decisão interlocutória não agravável	297
CAPÍTULO 7 – ALGUNS DADOS EMPÍRICOS.....	306
CONCLUSÃO.....	309
BIBLIOGRAFIA	314
ANEXO I	344

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por propósito estudar a recorribilidade das decisões interlocutórias proferidas em primeiro grau de jurisdição após a entrada em vigor do Código de Processo Civil de 2015 (Lei nº 13.105/2015).

O tema escolhido está longe de ser uma novidade, mas o seu estudo neste momento é justificado por conta das recentes reformas promovidas ao sistema processual civil brasileiro, bem como por envolver matéria que se faz presente no dia a dia da maior parte dos operadores do direito.

A edição do estatuto em vigor foi defendida por seus redatores, desde o início, em razão da necessidade de se resolverem problemas antigos, como a sobrecarga de trabalho nos tribunais e a complexidade do sistema recursal, cuja reforma, além de infundar o processo com uma larga dose de celeridade, deveria levar a efeito outro grande objetivo: a obtenção do maior rendimento possível de cada processo, conforme destacado em diversas passagens da Exposição de Motivos do Código¹.

À luz dos louváveis valores e objetivos buscados pelo legislador do CPC/2015, nos propusemos a investigar quais os meios de impugnação que as decisões interlocutórias proferidas em primeira instância passaram a desafiar, com especial enfoque na extensão de seu cabimento, na técnica de recorribilidade escolhida para cada espécie de decisão intercalar e na análise das implicações e consequências advindas das alterações promovidas.

Neste contexto, o estudo não abrange o exame de questões ligadas ao processamento dos recursos, seus aspectos formais e requisitos de admissibilidade, que só foram tratados ao longo do texto na medida em que tocavam, de alguma forma, ao objeto central deste trabalho.

Rumo a uma observação detalhada do regramento em vigor, iniciamos nossa dissertação pela apuração histórica da recorribilidade das decisões interlocutórias, tão

¹ “O novo Código de Processo Civil tem o potencial de gerar um processo mais célere, mais justo, porque mais rente às necessidades sociais e muito menos complexo. (...) Levou-se em conta o princípio da razoável duração do processo. Afinal a ausência de celeridade, sob certo ângulo, é ausência de justiça. A simplificação do sistema recursal, de que trataremos separadamente, leva a um processo mais ágil. (...) Bastante simplificado foi o sistema recursal. Essa simplificação, todavia, em momento algum significou restrição ao direito de defesa. Em vez disso deu, de acordo com o objetivo tratado no item seguinte, maior rendimento a cada processo individualmente considerado. (...) Vê-se, pois, que as alterações do sistema recursal a que se está, aqui, aludindo, proporcionaram simplificação e levaram a efeito um outro objetivo, de que abaixo se tratará: obter-se o maior rendimento possível de cada processo”. (Disponível em <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/512422/001041135.pdf>>. Acesso em 15/05/2020).

modificada durante a evolução dos estatutos brasileiros de direito processual civil, a fim de verificar seus princípios embasadores, sua forma de tratamento ao longo dos anos, bem como os resultados alcançados pelas diferentes sistemáticas implementadas. Este estudo inicial é imprescindível para a compreensão adequada das reformas promovidas, vez que só ele é capaz de munir o leitor dos verdadeiros fundamentos que permearam a reestruturação do sistema recursal.

O segundo capítulo é dedicado a um exame comparativo do direito estrangeiro, que foi escrito com o objetivo de tentar extrair uma relação de coerência entre as características de cada Ordenamento estudado e a escolha de seus legisladores por estabelecer, em maior ou menor grau, a recorribilidade imediata ou diferida das decisões interlocutórias proferidas no bojo dos processos civis.

Para cumprir este objetivo, inicia-se o capítulo com breves notas acerca das tradições jurídicas da *civil law* e da *common law*, bem como do estudo do direito comparado. Esta introdução é necessária a fim de fixar um ponto de partida comum para a compreensão do papel representado pelas decisões interlocutórias nos diferentes modelos avaliados, além de colaborar com a aferição do nível de importância que cada Ordenamento estrangeiro confere à sua recorribilidade imediata.

Optou-se pela análise, em primeiro lugar, do modelo português, que foi o berço do recurso de agravo e grande influência para a construção do modelo brasileiro de recorribilidade das decisões interlocutórias. O estudo é válido não apenas em razão da perspectiva histórica, mas das mudanças sofridas pelo sistema recursal português que, durante um longo tempo, vigorou com previsões muito similares às brasileiras e, através de reformas que buscaram a simplificação do sistema e maior celeridade, adotou um regime recursal monista, suprimindo o recurso de agravo e introduzindo a regra de impugnação das decisões interlocutórias através do recurso que vier a ser interposto da decisão final.

Na sequência, investigamos o modelo alemão, em sede do qual o direito a recurso não é visto como fundamental. Grande influência tanto para o direito português como para o direito brasileiro, o Código de Processo Civil alemão é tido como um dos mais prestigiados regramentos do mundo em virtude de sua alta qualidade técnica. Sua observação é de grande relevância especialmente em virtude da revisão do sistema recursal operada em 2001, que teve como grande objetivo valorizar a atividade jurisdicional de primeira instância.

Por fim, analisamos o modelo norte-americano, com especial enfoque no tratamento destinado à esfera federal, além da observação pontual das regras adotadas por alguns estados. O exame do direito norte-americano é importante em virtude da notória adoção de regramento que obedece à *final judgement rule* (regra do julgamento final), que impõe que qualquer recurso à instância superior só pode ser admitido depois de decididas todas as questões em primeiro grau de jurisdição.

No terceiro capítulo, tratamos da relação existente entre a oralidade e a recorribilidade das decisões interlocutórias, o que nos levou a estudar o histórico da criação do princípio da oralidade, sua aplicação no processo civil brasileiro e o papel desempenhado nos processos que correm perante os Juizados Especiais e a Justiça do Trabalho, comumente invocados como exemplos de celeridade e concentração dos atos processuais.

O quarto capítulo, por sua vez, é dedicado à relação existente entre o fenômeno da preclusão e a recorribilidade das decisões interlocutórias. O estudo deste relacionamento colabora com a identificação das vantagens e desvantagens proporcionadas pela adoção do regime que permite a ampla recorribilidade das decisões interlocutórias em contraposição com o regime que adota o princípio da irrecurribilidade em separado, permitindo uma exploração mais bem fundamentada do CPC/2015 que, ao alterar o modelo de recorribilidade destinado às decisões intercalares, alterou, consequentemente, o sistema de preclusões voltado às matérias decididas em primeira instância.

O quinto capítulo é o centro do presente trabalho, em sede do qual nos propusemos a estudar a fundo o regramento processual civil em vigor e responder as principais indagações que motivaram a escolha do tema desta dissertação.

Em seu bojo, são identificadas as mais relevantes alterações promovidas ao sistema recursal pelo legislador do CPC/2015 e as consequências advindas do diferimento da recorribilidade para o final, que foi imposto como regra geral a grande parte das decisões interlocutórias de primeiro grau.

É alvo deste capítulo, também, o estudo das diversas correntes doutrinárias formadas em torno das características que permeiam o rol de hipóteses agraváveis previsto pelo art. 1.015, a fim de definir seu nível de rigidez, bem como os métodos interpretativos por ele comportados.

Estabelecidas as premissas e critérios sobre os quais o legislador instituiu as reformas perpetradas, passamos a analisar cada um dos três diferentes regimes de

recorribilidade, que foram destinados a determinados grupos de decisões interlocutórias a depender de seu conteúdo e dos procedimentos em sede dos quais elas são proferidas, tendo por finalidade precípua a determinação acerca de quais os meios de impugnação que podem ser utilizados pelos operadores do direito.

Nesta toada, uma vez que o legislador teve por nítido propósito limitar a recorribilidade imediata das decisões interlocutórias, assume destaque especial a avaliação do recurso de agravo de instrumento. A despeito de nossas opiniões pessoais acerca das decisões que deveriam ter sido sujeitas ao recurso, buscamos definir quais as decisões agraváveis de maneira objetiva e unicamente através das ferramentas que, em nossa visão, estão legítima e juridicamente disponíveis aos intérpretes.

O sexto capítulo é voltado ao estudo do mandado de segurança contra ato judicial. Após uma análise histórica e uma comparação do remédio com os *writs* norte-americanos, procuramos responder se a impetração ainda tem lugar no sistema processual civil brasileiro e em que medida o seu manejo seria juridicamente admissível.

Por fim, o sétimo capítulo encerra o presente trabalho com o fornecimento de alguns breves dados empíricos obtidos perante o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo acerca da quantidade de agravos de instrumento e de apelações que são interpostos todos os anos.

CONCLUSÃO

O Código de Processo Civil de 2015 acenou desde cedo o seu intuito de conferir maior efetividade e eficiência ao sistema processual através da introdução de medidas que valorizam a celeridade, atenuam formalismos excessivos e buscam garantir que cada processo alcance o maior rendimento possível, satisfazendo os anseios das partes e pondo fim à controvérsia que tornou necessário o apelo ao Poder Judiciário.

Com relação à celeridade da prestação jurisdicional, bem como à complicada situação dos tribunais, sufocados pela quantidade de recursos interpostos, a solução escolhida pelo legislador do estatuto processual em vigor foi a eliminação da figura do agravo retido e a instituição de três regimes de recorribilidade diferentes: (i) como *regra geral*, a recorribilidade ampla e diferida das decisões interlocutórias não agraváveis, nos termos do § 1º do art. 1.009, que devem ser impugnadas apenas ao final, junto ao recurso de apelação ou de suas contrarrazões; (ii) como *exceção* à regra geral, a recorribilidade casuística e imediata por meio de agravo de instrumento, reservada para as decisões interlocutórias taxativamente enumeradas nos incisos do art. 1.015 e em demais disposições de lei esparsas; e (iii) como *regra “externa”* ao ciclo que é formado pela aplicação das duas primeiras, a recorribilidade ampla e imediata através de agravo de instrumento, prevista de maneira exemplificativa no parágrafo único do art. 1.015 para todos os procedimentos em sede dos quais a aplicação da regra geral constante do § 1º do art. 1.009 se revele impossível ou impraticável.

O regramento, portanto, não foi escrito com lacunas. Há regras para todas as situações, a denotar o intuito do legislador de manter recorríveis todas as decisões interlocutórias proferidas em primeiro grau de jurisdição, ainda que em momentos e por recursos diferentes, intenção esta que, aliás, foi expressamente reconhecida na própria Exposição de Motivos do Código.

A existência conjunta de uma regra geral e suas exceções nos conduziu à conclusão de que o rol de hipóteses agraváveis enumeradas nos incisos do art. 1.015 é taxativo, não podendo ser objeto de analogia justamente em virtude da inexistência de lacunas normativas. A interpretação extensiva, por outro lado, é admissível, desde que – como interpretação extensiva que é – se limite a buscar o real alcance da norma já inserida pelo legislador no sistema.

Em nossa visão, a chave para uma interpretação extensiva que seja fiel aos propósitos legislativos e não exceda nosso papel de meros intérpretes da norma deve partir de um estudo acerca da elasticidade natural das palavras escolhidas pelo próprio legislador – em especial, a palavra “*versarem*” escrita no *caput* do art. 1.015 – a fim de não extrapolar o núcleo das hipóteses eleitas, o que deve ser feito também à luz do princípio constitucional da igualdade das partes e da paridade de tratamento.

Constatou-se, porém, que a regra que impõe a recorribilidade postergada das decisões interlocutórias não agraváveis, somada à insuficiência de hipóteses enumeradas taxativamente no rol do art. 1.015, pode sujeitar tanto as partes quanto o próprio processo a danos insuportáveis, sendo identificadas, inclusive, hipóteses em que a impugnação diferida para o final se mostra *absolutamente inútil*, revelando uma irrecorribilidade prática e não intencional.

Dessa forma, dado que o legislador quis manter a recorribilidade de todas as decisões interlocutórias de primeira instância, entendemos que deve ser admitida a interposição de agravo de instrumento contra aquelas decisões não previstas no rol do art. 1.015 cuja impugnação diferida para o final seja *absolutamente inútil*, vez que o sistema não pode prever recurso inócuo, o que seria uma contradição em termos.

Esclarecemos, porém, que a *absoluta inutilidade* a caracterizar a impugnação da decisão interlocutória apenas ao final não pode se resumir, por exemplo, à declaração de nulidade de atos processuais, ainda que se anule o processo inteiro. Isto porque esta situação, apesar de escabrosa, não é irremediável e muito menos retira o interesse recursal da parte prejudicada, de maneira que admitir a recorribilidade imediata de uma decisão que gere apenas estes efeitos, fora das hipóteses enumeradas no art. 1.015, pode trazer consigo um terrível efeito colateral: o reconhecimento de uma futura “preclusão surpresa” para os litigantes que tenham confiado apenas na literalidade da lei e deixado de agravar da decisão prejudicial na esperança de poder impugná-la futuramente após a prolação da sentença.

Sendo assim, o agravo de instrumento fora das hipóteses taxativamente dispostas no art. 1.015 só deve ser admitido quando a impugnação diferida da decisão interlocutória for absolutamente incapaz de resultar em qualquer provimento útil ao recorrente, a revelar, na verdade, a sua irrecorribilidade “mascarada” e não proposital.

Identificamos, no entanto, que ainda restam no sistema decisões interlocutórias que não são agraváveis sob nenhuma justificativa, mas que ainda assim trazem prejuízos

inaceitáveis que devem ser prontamente remediados. Nestes casos, desde que preenchidos os requisitos usuais para a impetração (direito líquido e certo somado à ilegalidade ou abuso da decisão), defendemos o manejo do mandado de segurança.

As demais decisões interlocutórias estarão, assim, sujeitas à regra geral de impugnação ao final, nos termos do § 1º do art. 1.009, devendo a parte se valer de apelação ou de contrarrazões que, na parte em que utilizadas para impugnar decisões intercalares, terão natureza de verdadeiro recurso.

Concluímos também que, em decorrência da já destacada intenção do legislador de manter recorríveis todas as decisões interlocutórias proferidas em primeiro grau de jurisdição, é perfeitamente possível que um recurso de apelação seja interposto de maneira autônoma exclusivamente com a finalidade de impugnar decisão interlocutória prejudicial, visto que há situações em que a parte, mesmo tendo se sagrado vencedora ao final da demanda, continua sofrendo danos dela decorrentes. Isso acontece quando a decisão interlocutória não agravável proferida de maneira contrária aos interesses da parte versar sobre objeto *autônomo*, que, como tal, não provoque qualquer interferência na resolução final da controvérsia. É o caso, por exemplo, da decisão que aplica multa por litigância de má-fé.

Nestas hipóteses, dado que o interesse recursal do vencedor nasce logo após a prolação da sentença (ou até mesmo antes), o momento adequado para a manifestação da insurgência é o momento de interposição do recurso de apelação de maneira autônoma. Dessa forma, caso o vencedor escolha não se utilizar do recurso de forma independente, ainda poderá recorrer da decisão interlocutória em sede de contrarrazões à apelação de seu adversário que, contudo, deverão ficar a ela *subordinadas*, tal qual ocorre com o recurso adesivo.

As demais decisões interlocutórias não agraváveis que, por outro lado, estiverem *vinculadas* ao resultado final da demanda, causando prejuízo à parte apenas na medida em que ela for vencida, deverão ser impugnadas pelo vencedor apenas em sede de contrarrazões à apelação de seu oponente, visto que seu interesse recursal para delas recorrer só surge *se e quando* a apelação do vencido for interposta, uma vez que ela traz para o vencedor o *risco* de que a sucumbência seja invertida no tribunal. Desse modo, o recurso em contrarrazões sempre será naturalmente *subordinado* ao conhecimento do recurso do vencido e *condicionado* ao resultado de seu julgamento.

Em nossa visão, portanto, as decisões interlocutórias proferidas sob a égide do CPC/15, a depender de seu conteúdo e do procedimento em que proferidas, podem desafiar agravo de instrumento, apelação autônoma, apelação subordinada em contrarrazões de apelação ou mandado de segurança.

Há que se considerar, ainda, a posição firmada pelo Superior Tribunal de Justiça em 05/12/2018 quando do julgamento dos Recursos Especiais repetitivos nºs 1.696.396/MT e 1.704.520/MT (Tema nº 988), em sede dos quais foi fixada tese acerca da “taxatividade mitigada” do rol de hipóteses agraváveis trazido pelo art. 1.015 do CPC/15 que, longe de resolver o dilema atual, fixou um critério subjetivo e inseguro diante do qual é menos arriscado que as partes sempre tentem se valer do agravo de instrumento, a fim de não serem futuramente surpreendidas pelo reconhecimento de uma preclusão imprevisível.

Estas foram as principais alterações trazidas pelo legislador do CPC/2015 com o fito, dentre outros, de simplificar o sistema recursal.

Já o regime de recorribilidade das decisões interlocutórias de primeiro grau que vigorava sob a égide do CPC/1973 podia ser descrito em poucas linhas: de todas as decisões interlocutórias era cabível o recurso de agravo, que podia ser interposto em sua forma instrumental em caso de perigo de dano irreparável ou de difícil reparação, ou em sua forma retida, caso a parte pudesse aguardar a prolação da sentença.

Da descrição acima, nota-se sem dificuldades qual deles é o mais complexo.

Infelizmente, nos parece que o critério que exerceu maior influência sobre as escolhas feitas pelo legislador do CPC/15 no tocante à recorribilidade das decisões interlocutórias de primeiro grau foi aquele segundo o qual era necessário reduzir, a todo custo, o número de agravos de instrumento interpostos. Como visto (vide Capítulo 07), porém, este não parece ser um dos objetivos efetivamente alcançados pela reforma.

Foi ignorada a experiência histórica que, sob a égide do CPC/1939, já havia demonstrado os efeitos adversos decorrentes de uma enumeração taxativa de hipóteses agraváveis.

Foi ignorado, também, o vínculo existente entre oralidade, concentração e irrecorribilidade em separado das decisões interlocutórias.

É certo que a solução está longe de ser simples, mas a interposição em massa de recursos de agravo de instrumento e o desespero dos advogados pela obtenção de ordem que suspenda a eficácia da decisão guerreada, ou conceda tutela provisória recursal, advêm

primordialmente da fragmentação excessiva dos procedimentos, que sujeitam as partes aos nefastos efeitos da passagem de um tempo indefinido e imprevisível.

Através da análise das experiências portuguesa, alemã e norte-americana, duas circunstâncias se sobressaíram.

Em primeiro lugar, a grande relação entre a opção do legislador por limitar a recorribilidade imediata das decisões interlocutórias concomitantemente à instituição de regras destinadas tanto a conferir maiores poderes de gerenciamento ao juiz do processo, quanto a estabelecer que o magistrado desempenhe uma condução dialogada da demanda.

O momento do saneamento e organização do processo civil brasileiro, por exemplo, seria ideal para ostentar tais características. No entanto, a decisão prevista pelo art. 357 do CPC/15 é proferida de maneira solitária e isolada pelo juiz, sendo que as partes só podem pedir esclarecimentos e solicitar ajustes após a sua prolação. O interessantíssimo saneamento compartilhado (§ 3º do art. 357), por sua vez, só é previsto para casos que apresentem grande complexidade, ficando a sua realização totalmente a critério do juiz.

Em segundo lugar, é notável a existência, nos três modelos estrangeiros estudados, de mecanismos que, nas situações de extrema urgência e relevância que não puderam ser antecipadas pelo legislador, funcionam como verdadeiras “válvulas de escape” para as partes que se virem gravemente prejudicadas por decisões interlocutórias não imediatamente recorríveis.

Por enquanto, a única “válvula de escape” verdadeiramente eficaz prevista no Ordenamento Jurídico brasileiro é o mandado de segurança. Sua utilização contra decisões interlocutórias está longe de ser ideal ou mesmo desejável, mas, quando o *writ* se apresentar como o único mecanismo disponível para que o jurisdicionado possa se defender de grave violação a seu direito, sua admissão não pode esbarrar no estigma que envolve a sua impetração contra atos judiciais. Não diante do Código de Processo Civil que temos hoje.

BIBLIOGRAFIA

ABELHA, Marcelo. *Manual de Direito Processual Civil*. 6ª ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

_____. *Manual de Execução Civil*. 7ª edição. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

ALVES, Pedro Spíndola Bezerra; OTÁVIO NETO, Deocleciano; PEREIRA, Mateus Costa. *Do julgamento antecipado parcial do mérito: primeira abordagem do tema no novo CPC*. In: DIDIER JR., Fredie (coord.). *Procedimento Comum – Coleção Novo CPC, Doutrina Seleccionada*. 2ª edição rev. e atual. Salvador: Juspodivm, 2016.

ALVES, José Carlos Moreira. *Direito Romano*. 18ª ed. ver. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

ALVIM, Eduardo Arruda; GRANADO, Daniel Willian. *Art. 113*. In: STRECK, Lenio Luiz; NUNES, Dierle; CUNHA, Leonardo (orgs.). *Comentários ao Código de Processo Civil*. 2ª edição. São Paulo: Saraiva, 2017.

_____; GRANADO, Daniel Willian; FERREIRA, Eduardo Aranha. *Direito Processual Civil*. 6ª ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

ALVIM, J. E. Carreira; CABRAL, Luciana Gontijo Carreira Alvim. *Nova mexida nos agravos retido e de instrumento*. In: NERY JR., Nelson; WAMBIER, Teresa Arruda Alvim (coords). *Aspectos polêmicos e atuais dos recursos cíveis e assuntos afins*. Volume 9. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2006.

ARAÚJO, José Aurélio de. *O Código de Processo Civil de 2015 é um Código Josefino? A oralidade e a preclusão no procedimento comum (Parte II)*. Revista de Processo, vol. 287/2019, Jan/2019.

ARENHART, Sérgio Cruz; MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. *Novo Curso de Processo Civil: Tutela dos Direitos Mediante Procedimento Comum*. 3ª ed. São Paulo: Ed. RT, 2017.

ARRUDA ALVIM. *Os desafios da apelação no Código de Processo Civil de 2015*. In: FARIA, Juliana Cordeiro de; MARX NETO, Edgard Audomar; REZENDE, Ester Camila Gomes Norato; LUCON, Paulo Henrique dos Santos (org.). *Processo civil contemporâneo: homenagem aos 80 anos do professor Humberto Theodoro Júnior*. Rio de Janeiro: Ed. Forense, 2018.

ASHBY, Danny S.; COALE, David; KRATOVIL, Christopher D. *The Increasing Use and Importance of Mandamus in the Fifth Circuit*, 43 Tex. Tech. L. Rev. 1049 (2011). Disponível em <<http://texastechlawreview.org/wp-content/uploads/Ashby.pdf>>, acesso em 23/05/2020.

AURELLI, Arlete Inês. *Meios de impugnação das decisões interlocutórias no novo CPC*. In: GALINDO, Beatriz Magalhães; KOHLBACH, Marcela (coords.). *Recursos no CPC/2015 – Perspectivas, críticas e desafios*. Salvador: Ed. Juspodivm, 2017.

AZEVEDO, Luiz Carlos de. *Origem e introdução da apelação no direito lusitano*. In: AZEVEDO, Luiz Carlos de; COSTA, Moacyr Lobo da. *Estudos de História do Processo – Recursos*. Osasco: FIEO, 1996.

_____; TUCCI, José Rogério Cruz e. *Lições de Processo Civil Canônico – História e Direito Vigente*. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2001.

_____; TUCCI, José Rogério Cruz e. *Lições de História do Processo Civil Romano*. 2ª ed. rev. e atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

BARBI, Celso Agrícola. *Da preclusão no processo civil*. Revista Forense, v. 52, nº 158, mar/abr 1955.

_____. *Mandado de Segurança contra Ato Judicial*. Revista de Processo nº 36, Ano IX, out-dez/1984.

_____. *Comentários ao Código de Processo Civil: Lei nº 5.869, 11 de janeiro de 1973*. Vol I. 14ª edição. Rio de Janeiro: Ed. Forense, 2010.

BARBOSA, Antônio Alberto Alves. *Da preclusão processual civil*. 2ª ed. rev. e atual. São Paulo: Ed. RT, 1994.

BARBOSA MOREIRA, José Carlos. *Temas de Direito Processual*. Quinta Série. São Paulo: Ed. Saraiva, 1994.

_____. *Comentários ao Código de Processo Civil*. 7ª edição. Vol. V. Rio de Janeiro: Ed. Forense, 1998.

_____. *Breve notícia sobre a reforma do Processo Civil alemão*. Revista Brasileira de Direito Comparado nº 23, 2002.

_____. *Temas de Direito Processual*. Oitava Série. São Paulo: Ed. Saraiva, 2004.

_____. *Sentença Objetivamente Complexa, Trânsito em Julgado e Rescindibilidade*. Revista de Processo, ano 31, n. 141, Nov/2006.

_____. *O Processo Civil Contemporâneo: um enfoque comparativo*. Temas de Direito Processual – nona série. São Paulo: Saraiva, 2007.

_____. *Comentários ao Código de Processo Civil*. Volume V, 17ª edição rev. e atual. Rio de Janeiro: Ed. Forense, 2013.

BARBOSA, Rafael Vinheiro Monteiro. *Sistematização das decisões interlocutórias e os regimes de recorribilidade*. Doutorado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2016.

BARIONI, Rodrigo. *Preclusão diferida, o fim do agravo retido e a ampliação do objeto da apelação no novo Código de Processo Civil*. Revista de Processo nº 243, maio/2015.

_____. *Art. 966*. In: DANTAS, Bruno; DIDIER JR., Fredie; TALAMINI, Eduardo; WAMBIER, Teresa Arruda Alvim (coords.). *Breves Comentários ao Novo Código de Processo Civil*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

BARNARD, Justice Marialyn; GARCIA, Emmanuel; WHYTE, Lorien. *Is my case Mandamusable? A Guide to the Current State of Texas Mandamus Law*. St. Mary's Law Journal, vol. 45:143, 2014. Disponível em <<http://docplayer.net/4587698-1-10-2014-10-58-am-article.html>>, acesso em 23/05/2020.

BASTOS, Antonio Adonias Aguiar. *Artigos 914 a 920*. In: DANTAS, Bruno; DIDIER JR., Fredie; TALAMINI, Eduardo; WAMBIER, Teresa Arruda Alvim (coord.). *Breves comentários ao novo Código de Processo Civil*. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2015.

BATISTA, Eurico. *Luiz Fux aponta novidades em regras processuais*. Revista Consultor Jurídico de 14 de abril de 2010. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2010-abr-14/advogado-sustentacao-agravo-tutela-urgencia>>. Acesso em 23/02/2020.

BECKER, Rodrigo Frantz. *O rol taxativo (?) das hipóteses de cabimento do agravo de instrumento*. In: *O Código de Processo Civil de 2015 e a Advocacia Pública Federal: Questões práticas e controvertidas*. Escola da AGU, ano 9, nº 4, out/dez 2017.

_____; TRIGUEIRO, Victor. *O rol taxativo de hipóteses do agravo de instrumento*. Jota: coluna CPC nos tribunais, 2017. Disponível em: <<https://www.jota.info/opiniao-e-analise/colunas/coluna-cpc-nos-tribunais/o-rol-taxativo-de-hipoteses-do-agravo-de-instrumento-09062017>>. Acesso em 23/02/2020.

BEDAQUE, José Roberto dos Santos. *Art. 77 do CPC/73*. In: MARCATO, Antonio Carlos (coord.). *Código de Processo Civil Interpretado*. São Paulo: Ed. Atlas, 2004.

_____. *Efetividade do Processo e Técnica Processual*. 3ª ed., São Paulo: Malheiros, 2010.

BENEDUZI, Renato. *Introdução ao processo civil alemão*. 2ª ed. rev., ampl. e atual. Salvador: Juspodivm, 2018.

BENETI, Sidnei Agostinho. *Doutrina de Precedentes e Organização Judiciária*. São Paulo: Ed. Atlas, Revista de Direito Administrativo, v. 246, 2007.

BONAGURA, Anna Paola; MELLO, Rogério Licastro Torres de; MONTANS, Renato; RAMOS, Fabiana Souza. *O agravo de instrumento e o rol do art. 1.015 do novo CPC: taxatividade?* Migalhas de Peso, 08 de março de 2016. Disponível em: <<https://www.migalhas.com.br/depeso/235291/o-agravo-de-instrumento-e-o-rol-do-art-1015-do-novo-cpc-taxatividade>>. Acesso em 23/02/2020.

BONDIOLI, Luís Guilherme Aidar. *Comentários ao Código de Processo Civil*. Volume XX (arts. 994-1.044). 2ª ed. São Paulo: Ed. Saraiva, 2017.

_____. *Recorribilidade das decisões em matéria de intervenção de terceiros*. Revista de Processo nº 283, set/2018.

BOTELHO DE MESQUITA, José Ignácio; ZVEIBIL, Daniel Guimarães; TEIXEIRA, Guilherme Silveira; DELLORE, Luiz Guilherme Pennacchi; LOMBARDI, Mariana Capela; AMADEO, Rodolfo da Costa Manso Real. *Questões de Ordem Pública: revisíveis ad infinitum?* In: ASSIS, Araken de; ALVIM, Eduardo Arruda; NERY JR., Nelson; MAZZEI, Rodrigo; WAMBIER, Teresa Arruda Alvim; ALVIM, Thereza (coords.). *Direito civil e processo: estudos em homenagem ao Prof. Arruda Alvim*. São Paulo: Ed. RT, 2008.

BRAGA, Paula Sarno; DIDIER JR., Fredie; OLIVEIRA, Rafael Alexandria de. *Curso de Direito Processual Civil, Vol. 2: Teoria da Prova, Direito Probatório, Decisão, Precedente, Coisa Julgada e Tutela Provisória*. 11ª ed. rev., ampl. e atual. Salvador: Juspodivm, 2016.

BUENO, Cassio Scarpinella. *Amicus Curiae no Processo Civil Brasileiro: um terceiro enigmático*. 3ª ed. rev. e atual. São Paulo: Ed. Saraiva, 2012.

_____. *Curso Sistematizado de Direito Processual Civil*. Volume 5. 5ª ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2014.

_____. *A exibição de documento ou coisa, a súmula 372 do STJ e o Novo Código de Processo Civil*. In: DIDIER JR, Fredie (coord. geral); FERREIRA, William Santos; JOBIM, Marco Félix (coords.). *Direito Probatório*. Coleção Grandes Temas do Novo CPC, v. 5. Salvador: Ed. Juspodivm, 2015.

_____. *Manual de Direito Processual Civil*. Volume Único. 5ª ed. ampl., atual. e integralmente revista. São Paulo: Ed. Saraiva Educação, 2019.

_____. *Os impactos do novo Código de Processo Civil no Mandado de Segurança*. Revista de Processo nº 297, nov/2019.

BUZAID, Alfredo. *Do agravo de petição no sistema do Código de Processo Civil*. 2ª edição rev. e aum. São Paulo: Saraiva, 1956.

CABRAL, Antonio do Passo. *Pelas asas de Hermes: a intervenção do amicus curiae, um terceiro especial*. Revista de Processo nº 117, set/out de 2004.

_____. *Nulidades no processo moderno: contraditório, proteção da confiança e validade prima facie dos atos processuais*. Rio de Janeiro: Ed. Forense, 2010.

_____. *Coisa Julgada e Preclusões Dinâmicas – Entre continuidade, mudança e transição de posições processuais estáveis*. Salvador: Ed. Juspodivm, 2ª edição, 2014.

CABRAL, Trícia Navarro Xavier. *A eficiência da audiência do art. 334 do CPC*. Revista de Processo vol. 298/2019, dez/2019.

CAIS, Fernando Fontoura da Silva. *Preclusão e a Instrumentalidade do processo*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 2006.

CALAMANDREI, Piero. *Oralità nel processo*. In: *Opere giuridiche*. Vol. I. Morano, 1965.

CALMON DE PASSOS, J. J. *O Mandado de Segurança contra Atos Jurisdicionais: tentativa de sistematização nos cinquenta anos de sua existência*. Revista de Processo nº 33, ano IX, jan-mar/1984.

CÂMARA, Alexandre Freitas. *Juizados Especiais Cíveis Estaduais e Federais*. Rio de Janeiro: Ed. Lumen Juris, 2009.

_____. *O novo processo civil brasileiro*. 5ª ed. rev. e atual. São Paulo: Ed. Atlas, 2019.

CAMARGO, Luiz Henrique Volpe. *Honorários advocatícios em decisões parciais de mérito e em decisões parciais sem mérito*. Revista de Processo nº 283, set/2018.

_____. *Da remessa necessária*. Revista de Processo nº 279, maio/2018.

CAMPBELL, David. Entrevista cedida ao escritório administrativo das Cortes norte-americanas (*United States Courts*) em 21/12/2015. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=XqlZeBAFiI0>>, acesso em 27/10/2019.

CAMPINHO, Sérgio. *Curso de Direito Comercial: Falência e Recuperação de Empresa*. 9ª ed. atualizada. São Paulo: Ed. Saraiva Educação, 2018.

CAPPELLETTI, Mauro. *Problemas de reforma do processo civil nas sociedades contemporâneas*. Revista de Processo nº 65, jan/mar de 1992.

CARDOSO, Oscar Valente. *A Oralidade (e a Escrita) no Novo Código de Processo Civil Brasileiro*. Revista Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito/UFRGS, Volume VIII, n. 1, 2013.

CARMONA, Carlos Alberto. *Quinze anos de reformas no Código de Processo Civil*. In: *Reflexões sobre a Reforma do Código de Processo Civil*. São Paulo: Atlas, 2007.

CARNEIRO, Athos Gusmão. *Da antecipação da tutela*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

CARNEVALI, Orlando Augusto. *Resolução parcial e progressiva de mérito – fracionamento em busca da brevidade e efetividade*. In: DIDIER JR., Fredie (coord.). *Procedimento Comum – Coleção Novo CPC, Doutrina Seleccionada*. 2ª edição rev. e atual. Salvador: Juspodivm, 2016.

CARVALHO, Fabiano. Palestra sobre a importância do contraditório participativo na formação de precedentes, ministrada durante o “II Seminário Internacional: Precedentes”, realizado pela AASP e pelo CEAPRO, na sede da AASP, nos dias 19 e 20 de setembro de 2019.

CARVALHO, Fabrício de Farias; JOBIM, Marco Félix. *A Disciplina dos Agravos no Novo Código de Processo Civil*. In: FREIRE, Alexandre; MACÊDO, Lucas Buril de; PEIXOTO, Ravi. *Processo nos Tribunais e Meios de Impugnação às Decisões Judiciais*. Salvador: Ed. Juspodivm, v. 6, 2015.

CARVALHO, Pedro Leonel Pinto de. *Segurança e Recurso contra Ato Jurisdicional*. Revista de Processo nº 32, Ano VIII, out-dez/1983.

CAVALCANTE, Mantovanni Colares. *Mandado de Segurança*. São Paulo: Dialética, 2010.

CHASE, Oscar G. *American Exceptionalism and Comparative Procedure*. American Journal of Comparative Law, vol. 50, nº 2, Spring 2002.

CHIOVENDA, Giuseppe. *Instituições de Direito Processual Civil*. Volume III. 2ª edição. São Paulo: Saraiva, 1965.

CHUEIRI, Miriam Fecchio; GOMES JUNIOR, Luiz Manoel. *Preclusão pro judicato e seus limites. Segurança jurídica X Necessidade de uma conduta ativa do julgador*. Revista de Processo nº 160, jun/2008.

_____; GOMES JUNIOR, Luiz Manoel. *Anotações sobre o Sistema Recursal no Novo Código de Processo Civil*. In: FREIRE, Alexandre; MACÊDO, Lucas Buril de; PEIXOTO, Ravi. *Processo nos Tribunais e Meios de Impugnação às Decisões Judiciais*. Salvador: Ed. Juspodivm, v. 6, 2015.

CINTRA, Antonio Carlos de Araújo. *Sobre os limites objetivos da apelação civil*. Tese de cátedra. São Paulo: 1986.

CLARK, David S. *Civil and Administrative Courts and Procedure*. American Journal of Comparative Law Supplement, nº 38, 1990.

CLARO, Roberto Del. *Direção material do processo*. Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 2009.

COBB, Dana Livingston. *Interlocutory appeals and Mandamus in Federal Court*. The University of Texas School of Law, Austin – Texas, 2004. Disponível em: <<https://www.yumpu.com/en/document/view/12114592/interlocutory-appeals-and-mandamus-in-federal-court-alexander->>, acesso 23/05/2020.

CORRÊA, Fábio Peixinho Gomes. *Direito Processual Civil Alemão*. In: TUCCI, José Rogério Cruz e (coord.). *Direito processual civil europeu contemporâneo*. São Paulo: Lex Editora, 2010.

COSTA, Moacyr Lobo da. *O agravo no direito lusitano*. In: AZEVEDO, Luiz Carlos de; COSTA, Moacyr Lobo da. *Estudos de História do Processo – Recursos*. Osasco: FIEO, 1996.

CRETELLA NETO, José. *Do benefício da gratuidade da justiça*. Revista de Processo nº 235, set/2014.

CUNHA, Leonardo Carneiro da. *O § 6º do art. 273 do CPC: tutela antecipada parcial ou julgamento antecipado parcial da lide?* Revista Gênese de Direito Processual Civil nº 32, abr-jun/2004.

_____; DIDIER JR., Fredie. *Apelação contra decisão interlocutória não agravável: a apelação do vencido e a apelação subordinada do vencedor: duas novidades do CPC/2015*. In: DIDIER JR., Fredie (coord.). *Processo nos Tribunais e Meios de Impugnação às Decisões Judiciais*. Salvador: Ed. Juspodivm, volume 6, 2015.

_____; DIDIER JR., Fredie. *Curso de direito processual civil: meios de impugnação às decisões judiciais e processo dos tribunais*. Vol. 3. 13ª edição. Salvador: Ed. Juspodivm, 2016.

_____. DIDIER JR., Fredie. *Curso de direito processual civil: meios de impugnação às decisões judiciais e processo nos tribunais*. Vol. 3. 15ª edição reformada. Salvador: Ed. Juspodivm, 2018.

_____; DIDIER JR., Fredie. *Agravo de instrumento contra decisão que versa sobre competência e a decisão que nega eficácia a negócio jurídico processual na fase de conhecimento*. Revista Jurídica da Seção Judiciária de Pernambuco, págs. 177/186. Disponível em: <<https://revista.jfpe.jus.br/index.php/RJSJPE/article/view/131/124>>, acesso em 22/02/2020.

CUNHA, J. S. Fagundes. *Recursos e Impugnações nos Juizados Especiais*. Curitiba: Ed. Juruá, 1997.

DAMAŠKA, Mirjan. *The Faces of Justice and State Authority – A Comparative Approach to the Legal Process*. New Haven: Yale University Press, 1986.

DELLORE, Luiz; TARTUCE, Fernanda. *Gratuidade da Justiça no novo CPC*. Revista de Processo nº 236, out/2014.

_____; DUARTE, Zulmar; GAJARDONI, Fernando da Fonseca; MACHADO, Marcelo Pacheco; ROQUE, Andre Vasconcelos. *Hipóteses de agravo de instrumento no novo CPC: os efeitos colaterais da interpretação extensiva*. Disponível em: <https://jota.info/colunas/novo-cpc/hipoteses-de-agravo-de-instrumento-no-novo-cpc-os-efeitos-colaterais-da-interpretacao-extensiva-04042016#_ftn7>, acesso em 20/05/2020.

DIDIER JR., Fredie. *Inovações na antecipação dos efeitos da tutela e a resolução parcial do mérito*. Revista Gênesis de Direito Processual Civil nº 26, out/2002.

_____. *Os três modelos de direito processual: inquisitivo, dispositivo e cooperativo*. Revista de Processo, vol. 198, ago/2011.

_____. *Editorial nº 131*. Disponível em <<http://www.frediedidier.com.br/editorial/editorial-131/>>, acesso em 15/05/2020.

_____. *Curso de Direito Processual Civil: introdução ao direito processual civil, parte geral e processo de conhecimento*. 19ª ed. Salvador: Ed. Juspodivm, 2017.

DINAMARCO, Cândido Rangel. *A Lei das Pequenas Causas e a renovação do processo civil*. In: WATANABE, Kazuo (coord). *Juizado Especial de Pequenas Causas*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1985.

_____. *Manual das Pequenas Causas*. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1986.

_____. *Instituições de Direito Processual Civil*. Volume II. 6ª ed. São Paulo: Malheiros, 2002.

_____. *A reforma da reforma*. São Paulo: Malheiros, 2002.

_____. *Capítulos de Sentença*. São Paulo: Malheiros, 4ª edição, 2009.

_____. *Instituições de Direito Processual Civil*, vol. III, 6ª ed. São Paulo: Malheiros, 2009.

DUARTE, Zulmar. *Preclusão elástica no Novo CPC*. Revista de Informação Legislativa, v. 48, n. 190, t.2, abr./jun. 2011. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/242961>>, acesso em 20/05/2020.

FABRÍCIO, Adroaldo Furtado. *Extinção do Processo e Mérito da Causa*. Revista de Processo nº 58, abr/jun 1990.

FALCO, Sandra De. *Continuación. Revocatoria por violación al derecho de audiencia: el § 321a actual*. In: PRADILLO, Juan Carlos Ortiz; RAGONE, Álvaro J. Pérez. *Código Procesal Civil Alemán (ZPO). Traducción con un estudio introductorio al proceso civil alemán contemporáneo*. Montevideo: Konrad Adenauer Stiftung, 2006.

FASCHING, Hans Walter. *A posição dos princípios da oralidade e da imediação no processo civil moderno - Descrita à luz de alguns ordenamentos processuais centro-europeus*. Revista de Processo nº 39, jul/set de 1985.

FERRAZ JR., Tércio Sampaio. *Introdução ao estudo do direito: técnica, decisão, dominação*. 11ª ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Ed. Atlas, 2019.

FERREIRA, William Santos. *Artigos 369 a 380*. In: DANTAS, Bruno; DIDIER JR., Fredie; TALAMINI, Eduardo; WAMBIER, Teresa Arruda Alvim (coord.). *Breves comentários ao novo Código de Processo Civil*. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2015.

_____. *Cabimento do agravo de instrumento e a ótica prospectiva da utilidade – O direito ao interesse na recorribilidade de decisões interlocutórias*. Revista de Processo, vol. 263, ano 42, jan/2017.

FIGUEIRA JR., Joel Dias. *Manual dos Juizados Especiais Cíveis Estaduais e Federais*. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2006.

_____. *Arbitragem*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Ed. Forense, 2019.

FRANÇA, Rubens Limongi. *Hermenêutica jurídica*. 13ª ed. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2015.

FRANZÉ, Luís Henrique Barbante. *Agravo e novo Código de Processo Civil*. 9ª edição rev. e atual. Curitiba: Ed. Juruá, 2017.

FREIRE, Alexandre; MARQUES, Leonardo Albuquerque. *Art. 134*. In: STRECK, Lenio Luiz; NUNES, Dierle; CUNHA, Leonardo (orgs.). *Comentários ao Código de Processo Civil*. 2ª edição. São Paulo: Ed. Saraiva, 2017.

FRIEDENTHAL, Jack H.; KANE, Mary Kay; MILLER, Arthur R. *Civil Procedure*. Thomson-West, St. Paul, 2005.

GAJARDONI, Fernando da Fonseca. *O Novo CPC não é o que queremos que ele seja*. Disponível em: <<https://jota.info/colunas/novo-cpc/o-novo-cpc-nao-e-o-que-queremos-que-ele-seja-20072015>>, acesso em 13/05/2020.

GERALDES, António Santos Abrantes. *Recursos no Novo Código de Processo Civil*. Coimbra: Ed. Grupo Almedina, 4ª edição, 2017.

_____; PIMENTA, Paulo; SOUZA, Luís Filipe Pires de. *Código de Processo Civil Anotado – Parte Geral e Processo de Declaração*. Vol. I, artigos 1º a 702º. Coimbra: Almedina, 2018.

GIANNICO, Maurício. *A preclusão no direito processual civil brasileiro*. Dissertação de Mestrado apresentada à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2004.

GLYNN, Timothy P. *Discontent and Indiscretion: Discretionary Review of Interlocutory Orders*. Notre Dame Law Review, vol. 77, nº 1, novembro de 2001.

GODOY, Arnaldo Sampaio de Moraes. *Direito Processual Civil nos Estados Unidos*. Revista de Processo, vol. 127, set/2005.

GOMES, Fábio. *Carência de Ação: doutrina, comentários ao CPC, análise da jurisprudência*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.

GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. *Novo curso de direito processual civil, volume 1: teoria geral e processo de conhecimento (1ª parte)*. 15ª edição. São Paulo: Ed. Saraiva Educação, 2018.

GONZALEZ, Gabriel Araújo. *A recorribilidade das decisões interlocutórias no CPC*. 2ª ed. ver., atual. e ampl. Salvador: Ed. Juspodivm, 2019.

GRECO, Leonardo. *A falência do sistema de recursos*. In: *Estudos de Direito Processual*. Campos dos Goytacazes: Faculdade de Direito de Campos, 2005.

_____. *Concurso e cumulação de ações*. Revista de Processo nº 147, ano 32, maio/2007.

GUEDES, Jefferson Carús. *Procedimento por audiências e princípio da oralidade nos Juizados Especiais Federais*. In: GUEDES, Jefferson Carús (org.). *Juizados Especiais Federais*. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

HAJEL FILHO, Ricardo Antonio Bittar; SANTOS, Enoque Ribeiro dos. *Curso de Direito Processual do Trabalho*. 3ª edição rev., ampl. e atual. São Paulo: Ed. Atlas, 2019.

HARRIES, J. *Roman Law Codes and the Roman Legal Tradition*. In: CAIRNS, John W. and DU PLESSIS, Paul J (coord.). *Beyond Dogmatics: Law and Society in the Roman World*. Edinburgh University Press Ltd, 2007.

HAU, Wolfgang. *The Law of Civil Procedure*. In: WAGNER, Gerhard; ZEKOLL, Joachim (ed.). *Introduction to German Law*. 3ª edição. United Kingdom: Kluwer Law International B.V., 2018.

HAZARD JR., Geoffrey C.; TARUFFO, Michele. *La Justicia Civil em los Estados Unidos*. Tradução de Fernando Gascón Inchausti. Navarra: Editorial Aranzadi, 2006.

HENDRICKS, Vanessa. *Which writ is which? A trial attorney's guide to Florida's extraordinary writs*. Florida Bar Journal, vol. 81, nº 04, abril/2007. Disponível em: <<https://www.floridabar.org/the-florida-bar-journal/which-writ-is-which-a-trial-attorneys-guide-to-floridas-extraordinary-writs/>>, acesso em 08/05/2020.

HOWELL, Larry. *Montana's Unique Writ of Supervisory Control*. Trial Trends 15, 2009. Disponível em <http://scholarship.law.umt.edu/faculty_barjournals/47>, acesso em 08/05/2020.

IURA, Alexandre Miura. *Oralidade e escrita no processo civil*. Dissertação de Mestrado pela Universidade de São Paulo, 2012.

JOLLY, Richard Lorren. *Toward a Civil Jury-Trial Default Rule*. DePaul Law Review, vol. 67, nº 4, Summer/2018.

JORGE, Flávio Cheim. *Artigos 994 a 1.008*. In: DANTAS, Bruno; DIDIER JR., Fredie; TALAMINI, Eduardo; WAMBIER, Teresa Arruda Alvim (coord.). *Breves comentários ao novo Código de Processo Civil*. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2015.

_____; NOGUEIRA, Marcelo. *O agravo de instrumento e as decisões proferidas nas ações de recuperação judicial*. Migalhas de Peso, 2018. Disponível em: <<https://www.migalhas.com.br/depeso/288336/o-agravo-de-instrumento-e-as-decisoes-proferidas-nas-acoes-de-recuperacao-judicial>>, acesso em 27/04/2020.

KANE, Mary Kay. *Civil Procedure in a Nutshell*. Minnesota, St. Paulo: Thomson-West, 1981.

KASER, Max. *Direito Privado Romano*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999.

KERN, Christoph A. *Appellate justice and miscellaneous appeals - the proposals for a reform of brazilian civil procedure as compared to the german solution*. Revista de Processo, vol. 188, out/2010.

_____. *O processo civil dos EUA e da Alemanha numa análise comparativa*. Revista de Processo, vol. 227, jan/2014.

KILBERT, Kenneth K. *Instante Replay and Interlocutory Appeals*. Baylor Law Review, vol. 69, nº 2, Spring, 2017.

KOETL, John. Entrevista cedida ao escritório administrativo das Cortes norte-americanas (*United States Courts*) em 21/12/2015. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=c2Fje4GzmGg>>, acesso em 27/10/2019.

KUNZE, Axel. *Major Changes in the German Civil Procedure Code*. International Legal Practitioner, vol. 27, nº 01, mar/2002.

LACERDA, Galeno. *Despacho Saneador*. Porto Alegre: Livraria Sulina, 1953.

LEITÃO, Helder Martins. *Dos Recursos no CPC*. 4ª edição. Porto: Librum Editora, 2016.

LIBARDONI, Carolina Uzeda. *Interesse recursal complexo e condicionado quanto às decisões interlocutórias não agraváveis no novo Código de Processo Civil: segundas impressões sobre a apelação autônoma do vencedor*. Revista de Processo nº 249, nov/2015.

_____. *O recurso contra decisão prolatada em incidente de arguição de suspeição ou impedimento*. Disponível em: <https://www.academia.edu/12370199/O_RECORSO_CONTRA_DECIS%C3%83O_PROLATADA_EM_INCIDENTE_DE_ARGUI%C3%87%C3%83O_DE_SUSPEI%C3%87%C3%83O_OU_IMPEDIMENTO>, acesso em 27/04/2020.

LIEBMAN, Enrico Tullio. *Eficácia e Autoridade da Sentença e outros escritos sobre a coisa julgada*. Tradução de Alfredo Buzaid e Benvindo Aires e notas de Ada Pellegrini Grinover. Rio de Janeiro: Ed. Forense, 4ª edição, 2007.

LIPPMANN, Rafael Knorr. *Artigos 610 a 641*. In: DANTAS, Bruno; DIDIER JR., Fredie; TALAMINI, Eduardo; WAMBIER, Teresa Arruda Alvim (coord.). *Breves comentários ao novo Código de Processo Civil*. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2015.

LOPES, João Batista. *Breves considerações sobre o instituto da preclusão*. Revista de Processo nº 23, jul/set de 1981.

LUCON, Paulo Henrique dos Santos; VARGAS, Nathália. *O cabimento do agravo de instrumento contra decisões interlocutórias proferidas em recuperações judiciais e falências em hipóteses não previstas na Lei 11.101/2005*. Revista de Processo nº 301, mar/2020.

MACEDO, Elaine Harzheim. *Exibitória de documento ou coisa no Novo CPC: arts. 396 a 404*. In: DIDIER JR, Fredie (coord. geral); FERREIRA, William Santos; JOBIM, Marco Félix (coords.). *Direito Probatório*. Coleção Grandes Temas do Novo CPC, v. 5. Salvador: Ed. Juspodivm, 2015.

MACIEL, Adhemar Ferreira. *Amicus Curiae: um instituto democrático*. Revista de Processo nº 106, abr-jun/2002.

MACHADO, Marcelo Pacheco. *Novo CPC: só quero saber de julgamento parcial do mérito!* Gen Jurídico. Disponível em <<http://genjuridico.com.br/2015/10/26/julgamento-parcial-merito/>>. Acesso em 22/05/2020.

MARANHÃO, Clayton. *Agravo de instrumento no Código de Processo Civil de 2015: entre a taxatividade do rol e um indesejado retorno do mandado de segurança contra ato judicial*. Revista de Processo vol. 256/2016, Jun/2016.

MARCATO, Antonio Carlos. *Preclusões: limitação ao contraditório?* Revista de Processo nº 17, 1980.

_____. (coord.). *Código de Processo Civil Interpretado*. São Paulo: Ed. Atlas, 2004.

_____. *Procedimentos Especiais*. 17ª ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Ed. Atlas, 2017.

MARINONI, Luiz Guilherme. *Antecipação de Tutela*. 11ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

MARQUES, José Frederico. *Instituições de Direito Processual Civil*. v. 2, 1ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 1958.

_____. *Manual de direito processual civil*. Vol. 2. 9ª ed. Campinas: Millennium, 2003.

MARTINS, Alberto André Barreto. *Organização judiciária dos Estados Unidos da América*. Revista Âmbito Jurídico nº 74, mar/2010. Disponível em: <<https://ambitojuridico.com.br/edicoes/revista-74/organizacao-judiciaria-dos-estados-unidos-da-america/>>. Acesso em 11/10/2019.

MARTINS, Sandro Gilbert. *Artigos 125 a 132*. In: DANTAS, Bruno; DIDIER JR., Fredie; TALAMINI, Eduardo; WAMBIER, Teresa Arruda Alvim (coord.). *Breves comentários ao novo Código de Processo Civil*. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2015.

MAXIMILIANO, Carlos. *Hermenêutica e aplicação do direito*. 21ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Forense, 2017.

MEDINA, José Miguel Garcia; WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. *Processo Civil Moderno – Parte Geral e Processo de Conhecimento – Volume I*. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2009.

_____. *Como surge um princípio jurídico no ordenamento?* Revista Consultor Jurídico, 23 de setembro de 2013. Disponível em <<https://www.conjur.com.br/2013-set-23/processo-surge-principio-juridico-ordenamento>>. Acesso em 20/05/2020.

_____; WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. *Recursos e ações autônomas de impugnação*. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 3ª ed. rev. e atual., 2013.

_____. *Novo Código de Processo Civil comentado: com remissões e notas comparativas ao CPC/1973*. 5ª ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2017.

MEHREN, Arthur Taylor von. *The Importance of Structures and Ideologies for the Administration of Justice*. The Yale Law Journal, vol. 97, nº 2, dez/1987.

_____. *Some Comparative Reflections on First Instance Civil Procedure: Recent Reforms in German Civil Procedure and in the Federal Rules*. Notre Dame Law Review, vol. 63, nº 5, 1988.

MEIRA, Sílvio Augusto de Bastos. *Delineamentos históricos do processo civil romano*. In: Revista de informação legislativa, v. 25, n. 98, abr./jun. 1988. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/181839>>. Acesso em 18/05/2020.

MELLO, Rogério Licastro Torres de. *Artigos 1.009 a 1.014*. In: DANTAS, Bruno; DIDIER JR., Fredie; TALAMINI, Eduardo; WAMBIER, Teresa Arruda Alvim (coord.). *Breves comentários ao novo Código de Processo Civil*. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2015.

MILMAN, Fabio. *O novo conceito legal de sentença e suas repercussões recursais: primeiras experiências com a apelação por instrumento*. Revista de Processo, ano 32, n. 150, ago/2007.

MENDES, Armindo Ribeiro. *Recurso em Processo Civil – Reforma de 2007*. Coimbra: Coimbra Editora, 2009.

_____. *As sucessivas reformas do processo civil português*. Disponível em <<http://julgat.pt/wp-content/uploads/2014/07/05-DEBATER-As-sucessivas-reformas-do-Processo-Civil.pdf>>, acesso em 23/05/2020.

MERRYMAN, John Henry; PÉREZ-PERDOMO, Rogelio. *A Tradição da Civil Law – Uma Introdução aos Sistemas Jurídicos da Europa e da América Latina*. Tradução de Cássio Casagrande. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Ed., 2009.

MESSITTE, Peter J. *Writ of Certiorari: Decisão sobre que Casos Revisar*. In: *A Suprema Corte dos EUA: a mais alta Corte do país*. Questões de Democracia. Washington: Ed. e-Journal USA, abr./2005.

METZGER, Ernest. *A new outline of the roman civil trial*. Oxford University Press, 1997.

_____. *Roman Judges, Case Law and Principles of Procedure*. In: Roman Law Resources. Law and History Review 22/2, 2004. Disponível em <<http://iuscivile.com/legacy/reprints/PP-metzger-1.pdf>>. Acesso em 20/05/2020.

MITIDIERO, Daniel Francisco. *Direito fundamental ao julgamento definitivo da parcela incontroversa: uma proposta de compreensão do art. 273, § 6º, CPC, na perspectiva do direito fundamental a um processo sem dilações indevidas (art. 5º, LXXVIII, CF/88)*. Revista de Processo, ano 32, n. 149, jul/2007.

MONTENEGRO FILHO, Misael. *Novo Código de Processo Civil Comentado*. 3ª ed. rev. e atual. São Paulo: Ed. Atlas, 2018.

MÜLLER, Ana Cláudia Rodrigues. *Do rol não taxativo do agravo de instrumento no Código de Processo Civil de 2015*. Tese de doutorado apresentada à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo em 2016.

NERY JR., Nelson. *Princípios fundamentais: teoria geral dos recursos*. 4ª ed. São Paulo: Ed. RT, 1997.

_____; NERY, Rosa Maria de Andrade. *Código de Processo Civil Comentado e Legislação Extravagante*. 13ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

_____. *Teoria Geral dos Recursos*. 7ª ed. rev. e atual. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2014.

_____; NERY, Rosa Maria de Andrade. *Código de Processo Civil comentado*. 17ª ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Ed. Thomson Reuters Brasil, 2018.

NEVES, Daniel Amorim Assumpção. *Breves apontamentos sobre o instituto da preclusão*. 2010. Disponível em: <<http://www.professordanielneves.com.br/assets/uploads/novidades/201011151811180.preclusao.pdf>>, acesso em 17/01/2020.

_____. *Manual de Direito Processual Civil*. Volume Único. Salvador: Ed. Juspodivm, 8ª ed., 2016.

_____. *Novo Código de Processo Civil Comentado artigo por artigo*. 2ª ed. rev e atual. Salvador: Ed Juspodivm, 2017.

_____. *Incongruências sistêmicas do Código de Processo Civil de 2015 diante do julgamento antecipado parcial do mérito*. Revista de Processo vol. 284/2018.

NORONHA, Carlos Silveira. *Do agravo de instrumento*. Rio de Janeiro: Ed. Forense, 1978.

NÚÑEZ, Antonio. *É melhor contar tudo: o poder de sedução das histórias no mundo empresarial e pessoal*. São Paulo: Ed. Nobel, 2009.

NUNES, Dierle José Coelho. *Preclusão como fator de estruturação do procedimento*. In: LEAL, Rosemiro Pereira (coord.). *Estudos continuados de teoria do processo*. Porto Alegre: Ed. Síntese, 2004.

_____. *Artigos 1.036 a 1.041*. In: DANTAS, Bruno; DIDIER JR., Fredie; TALAMINI, Eduardo; WAMBIER, Teresa Arruda Alvim (coord.). *Breves comentários ao novo Código de Processo Civil*. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2015.

OLIVEIRA JÚNIOR, Délio Mota. *A Formação Progressiva da Coisa Julgada Material e o Prazo para o Ajuizamento da Ação Rescisória: Contradição do Novo Código de Processo Civil*. In: DIDIER JR., Fredie (coord.). *Coleção Novo CPC – Doutrina Seleccionada, vol. 6: Processos nos Tribunais e Meios de Impugnação às Decisões Judiciais*. Salvador: Juspodivm, 2015.

_____; PICARDI, Nicola. *O Código de Processo Civil Brasileiro – Origem, formação e projeto de reforma*. Brasília: Revista de Informação Legislativa, ano 48, n. 190, abr./jun. 2011.

OLIVEIRA JR., Zulmar Duarte. *Comentários ao art. 1.015 do CPC/15*. In: GAJARDONI, Fernando da Fonseca; DELLORE, Luiz; ROQUE, Andre Vasconcelos; OLIVEIRA JR., Zulmar Duarte. *Execução e Recursos: comentários ao CPC 2015*. Vol. 3. 2ª edição. Rio de Janeiro: Ed. Forense; São Paulo: Ed. Método, 2018.

OLIVEIRA, Bruno Silveira de. *Um novo conceito de sentença?* Revista de Processo, ano 32, n. 149, jul/2007.

ONODERA, Marcus Vinicius Kiyoshi. *Gerenciamento do Processo e o Acesso à Justiça*. São Paulo: Ed. Del Rey, 2017.

PANTOJA, Fernanda Medina. *Apelação cível: novas perspectivas para um antigo recurso – estudo crítico de direito nacional e comparado*. Curitiba: Ed. Juruá, 2010.

PEIXOTO, Ravi. *Ação Rescisória e Capítulos de Sentença: a Análise de uma Relação Conturbada a partir do CPC/2015*. In: DIDIER JR, Fredie (coord.). *Coleção Novo CPC – Doutrina Seleccionada*, vol. 6: *Processos nos Tribunais e Meios de Impugnação às Decisões Judiciais*. Salvador: Juspodivm, 2015.

_____. *Artigos 550 a 553*. In: STRECK, Lenio Luiz; NUNES, Dierle; CUNHA, Leonardo (orgs.). *Comentários ao Código de Processo Civil*. 2ª edição. São Paulo: Ed. Saraiva, 2017.

PEREIRA, Carlos Frederico Bastos. *Interpretação extensiva, analogia e o rol do art. 1.015 do Código de Processo Civil*. Revista de Processo vol. 282, ano 43, ago/2018.

PIMENTA, Paulo. *Processo Civil Declarativo*. Coimbra: Ed. Almedina, 2014.

PINTO, Teresa Arruda Alvim. *Mandado de Segurança contra Ato Judicial*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1989.

PINTO, António Joaquim de Gouvêa. *Manual de Appellações e Aggravos, ou Dedução Systematica dos Princípios mais sólidos e necessários à sua Materia*. 2ª edição. Lisboa: na Impressão Régia, 1820. Disponível em: <<http://purl.pt/index/livro/aut/PT/109279.html>>. Acesso em 01/06/2019.

PINTO, Nelson Luiz. *Manual dos Recursos Cíveis*. São Paulo: Malheiros Editores, 1999.

PORTO, Sérgio Gilberto; USTÁRROZ, Daniel. *Manual dos Recursos Cíveis*. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2007.

POUND, Roscoe. *What may we expect from comparative law?* American Bar Association Journal, vol. 22, no. 1, January 1936.

PRADILLO, Juan Carlos Ortiz; RAGONE, Álvaro J. Pérez. *Código Procesal Civil Alemán (ZPO). Traducción con un estudio introductorio al proceso civil alemán contemporáneo*. Montevideo: Konrad Adenauer Stiftung, 2006.

RAMOS, André Luiz Santa Cruz. *Coisa Julgada Inconstitucional*. Salvador: Ed. Juspodivm, 2007.

RAMOS, Rodrigo. *Os efeitos jurídicos do descumprimento da ordem de exibição de documento ou coisa no Novo Código de Processo Civil*. In: DIDIER JR, Fredie (coord. geral); FERREIRA, William Santos; JOBIM, Marco Félix (coords.). *Direito Probatório*. Coleção Grandes Temas do Novo CPC, v. 5. Salvador: Ed. Juspodivm, 2015.

REES, Roger D. *Diocletian and the Efficacy of Public Law*. In: CAIRNS, John W. and DU PLESSIS, Paul J (coord.). *Beyond Dogmatics: Law and Society in the Roman World*. Edinburgh University Press Ltd, 2007.

ROCHA, José Manuel de Sacadura. *História do Direito no Ocidente – Antiguidade – Oriente, Grécia, Roma e Ibéricos*. Rio de Janeiro: Ed. Forense, 2015.

RODRIGUES, Felipe Roberto. *Técnicas para Formação de Precedentes Judiciais no Direito Processual Civil Brasileiro*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 2018.

RODRIGUES NETTO, Nelson. *Recursos no Processo Civil*. São Paulo: Ed. Dialética, 2004.

ROMÃO, Pablo Freire. *Taxatividade do rol do art. 1.015, do NCPC: mandado de segurança como sucedâneo do agravo de instrumento?* Revista de Processo vol. 259/2016, Set/2016.

RUBIN, Fernando. *Cabimento do Agravo de Instrumento em Matéria Probatória: Crítica ao Texto Final do Novo CPC (Lei Nº 13.105/2015, Art. 1015)*. In: FREIRE, Alexandre; MACÊDO, Lucas Buril de; PEIXOTO, Ravi. *Processo nos Tribunais e Meios de Impugnação às Decisões Judiciais*. Salvador: Ed. Juspodivm, v. 6, 2015.

RUDINIKI NETO, Rogério. *O Efeito Devolutivo do Recurso de Apelação no Novo Código de Processo Civil*. In: FREIRE, Alexandre; MACÊDO, Lucas Buril de; PEIXOTO, Ravi.

Processo nos Tribunais e Meios de Impugnação às Decisões Judiciais. Salvador: Ed. Juspodivm, v. 6, 2015.

RÜHL, Giesela. *Preparing Germany for the 21st Century: The Reform of the Code of Civil Procedure*. German Law Journal, vol. 6, nº 6, June 1, 2005.

RYAN JR., Joseph W. *The Disappearing Civil Jury Trial*. Defense Counsel Journal, vol. 77, nº 4, out/2010.

SACRAMONE, Marcelo Barbosa. *Comentários à lei de recuperação de empresas e falência*. São Paulo: Ed. Saraiva Educação, 2018.

SALOMÃO, Luis Felipe; SANTOS, Paulo Penalva. *Recuperação judicial, extrajudicial e falência: teoria e prática*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Ed. Forense, 2019.

SÁNCHEZ, Mary Benge. *The Faces of Justice and State Authority: a Comparative Approach to the Legal process – Book Review*. Tulsa Law Review, vol. 23, 2ª ed., 2013.

SANT'ANNA, Paulo Afonso de Souza. *Sentença Parcial*. Revista de Processo, ano 32, n. 151, set/2007.

SANTOS, José Carlos Van Cleef de Almeida. *A decisão interlocutória de mérito no processo civil brasileiro – Uma visão da perspectiva do procedimento de conhecimento no processo contencioso em primeiro grau de jurisdição*. Dissertação de mestrado apresentada à PUC-SP para obtenção de título de Mestre em Direito Processual Civil. São Paulo, 2012.

SANTOS, Evaristo Aragão. *Artigos 550 a 553*. In: DANTAS, Bruno; DIDIER JR., Fredie; TALAMINI, Eduardo; WAMBIER, Teresa Arruda Alvim (coord.). *Breves comentários ao novo Código de Processo Civil*. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2015.

SANTOS, Welder Queiroz dos. *Princípio do contraditório e vedação de decisão surpresa*. Rio de Janeiro: Ed. Forense, 2017, pág. 178. Disponível em:

<https://www.academia.edu/39362896/_Princ%C3%ADpio_do_Contradit%C3%B3rio_e_Veda%C3%A7%C3%A3o_de_Decis%C3%A3o_Surpresa_2018_-_Welder_Queiroz_dos_Santos>, acesso em 14/04/2020.

SARRO, Luís Antônio Giampaulo. *Novo Código de Processo Civil: principais alterações do sistema processual civil*. 2ª ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Ed. Rideel, 2016.

SCARPARO, Eduardo Kochenborger. *Sentenças Parciais? Considerações a partir da reforma do art. 162, § 1º, do CPC*. Revista de Processo, ano 32, n. 148, jun/2007.

SCHEFFEL, David. *Interlocutory Appeals in New York - Time Has Come for a More Efficient Approach*. Pace Law Review, vol. 16, 3ª ed., jun/1996.

SCHENK, Leonardo Faria. *Artigos 64 a 69*. In: DANTAS, Bruno; DIDIER JR., Fredie; TALAMINI, Eduardo; WAMBIER, Teresa Arruda Alvim (coord.). *Breves comentários ao novo Código de Processo Civil*. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2015.

SCHERMAIER, Martin J. *German Law*. In: SMITS, Jan M. (ed.). *Elgar Encyclopedia of Comparative Law*. Cheltenham, UK and Northampton, USA: Edward Elgar Publishing, 2006.

SCHIAVI, Mauro. *Os princípios do Direito Processual do Trabalho e a possibilidade de aplicação subsidiária do CPC quando há regra expressa da CLT em sentido contrário*. Rev. TST, Brasília, vol. 73, nº 1, jan/mar 2007.

SICA, Heitor Vitor Mendonça. *Recorribilidade das interlocutórias e reformas processuais: novos horizontes do Agravo Retido*. In: NERY JR, Nelson e WAMBIER, Teresa Arruda Alvim (coord.). *Aspectos polêmicos e atuais dos recursos cíveis e de outros meios de impugnação às decisões judiciais*. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, v. 8, 2005.

_____. *O agravo e o “mito de Prometeu”: considerações sobre a Lei n. 11.187/2005*. In: WAMBIER, Teresa Arruda Alvim e NERY JUNIOR, Nelson (coord.).

Aspectos polêmicos e atuais dos recursos cíveis. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, v. 9, 2006.

_____. *Preclusão Processual Civil.* São Paulo: Ed. Atlas, 1ª ed., 2006.

_____. *Algumas Implicações do Novo Conceito de Sentença no Processo Civil, de Acordo com a Lei nº 11.232/2005.* In: CARMONA, Carlos Alberto (coord.). *Reflexões sobre a Reforma do Código de Processo Civil.* São Paulo: Atlas, 2007.

_____. *Art. 1.015.* In: STRECK, Lenio Luiz; NUNES, Dierle; CUNHA, Leonardo (orgs.). *Comentários ao Código de Processo Civil.* 2ª edição. São Paulo: Ed. Saraiva, 2017.

_____. *Agravo de instrumento e os efeitos práticos da decisão do STJ: riscos de preclusão?* Gen Jurídico, 22/07/2019. Disponível em: <<http://genjuridico.com.br/2019/07/22/agravo-de-instrumento/>>. Acesso em 24/02/2020.

SIQUEIRA, Thiago Ferreira. *O Julgamento Antecipado Parcial do Mérito no Novo Código de Processo Civil Brasileiro.* In: DIDIER JR., Fredie (coord.). *Novo CPC – Doutrina Seleccionada, Vol. 2: Procedimento Comum.* 2ª edição rev. e atual. Salvador: Juspodivm, 2016.

SOKAL, Guilherme Jales. *A impugnação das decisões interlocutórias no processo civil.* In: FUX, Luiz (coord.). *O novo processo civil brasileiro (direito em expectativa): reflexões acerca do projeto do Novo Código de Processo Civil.* Rio de Janeiro: Ed. Forense, 2011.

SOUSA, Miguel Teixeira de. *Reflexões sobre a Reforma dos Recursos em Processo Civil,* in Cadernos de Direito Privado, nº 20, Outubro/Dezembro de 2007. In: MENDES, Armindo Ribeiro. *Recurso em Processo Civil – Reforma de 2007.* Coimbra: Coimbra Editora, 2009.

_____. *Apontamento sobre o princípio da gestão processual no novo Código de Processo Civil*. In: MORAIS, Fernando de Gravato. *Cadernos de Direito Privado* n° 43. Braga: Cejur, jul/set de 2013.

SOUZA, André Pagani. *Vedação das decisões-surpresa no processo civil*. São Paulo: Ed. Saraiva, 2014.

STÜRNER, Rolf. *Sobre as reformas recentes no Direito Alemão e alguns pontos em comum com o projeto brasileiro para um novo Código de Processo Civil*. Revista de Processo n° 193, 2011.

TALAMINI, Eduardo. *Coisa Julgada e sua Revisão*. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2005.

_____. Versão escrita da manifestação apresentada na audiência pública organizada pelo Senado Federal, em Curitiba, em 16/04/2010, para discutir as linhas gerais de um novo Código de Processo Civil. Disponível em <<http://www.migalhas.com.br/Quentes/17,MI106902,41046-Manifestacao+do+Professor+Eduardo+Talamini+sobre+a+reforma+do+CPC>>. Acesso em 22/05/2020.

_____. *Art. 138*. In: DANTAS, Bruno; DIDIER JR., Fredie; TALAMINI, Eduardo; WAMBIER, Teresa Arruda Alvim (coord.). *Breves comentários ao novo Código de Processo Civil*. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2015.

THEODORO JR., Humberto. *A preclusão no processo civil*. Revista Jurídica, v. 49, n. 273, jul/2000.

_____. *Curso de Direito Processual Civil*. Vol. I. 60ª edição. Rio de Janeiro: Ed. Forense, 2019.

_____. *Curso de Direito Processual Civil*. Vol. III. 52ª edição. Rio de Janeiro: Ed. Forense, 2019.

_____. *Código de Processo Civil anotado*. 22ª ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Ed. Forense, 2019.

TRINDADE, André Karam. *Artigos 98 a 102*. In: STRECK, Lenio Luiz; NUNES, Dierle; CUNHA, Leonardo (orgs.). *Comentários ao Código de Processo Civil*. 2ª edição. São Paulo: Ed. Saraiva, 2017.

TUCCI, José Rogério Cruz e. *Jurisdição e Poder (contribuição para a história dos recursos cíveis)*. São Paulo: Saraiva, 1987.

_____. *Novo Código de Processo Civil introduz a audiência de conciliação ou de mediação*. Revista Consultor Jurídico de 26 de abril de 2016. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2016-abr-26/paradoxo-corte-cpc-introduz-audiencia-conciliacao-ou-mediacao>>. Acesso em 22/02/2020.

WALL, Andrea. *Austria & Germany: A History of Successful Reforms*. In: RHEE, C.H. (Remco) van; YULIN, Fu (ed.). *Civil Litigation in China and Europe: Essays on the Role of the Judge and the Parties*. Ius Gentium - Comparative Perspectives On Law And Justice – Volume 31. Springer, 2014.

WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. *O novo regime do agravo*. 2ª edição rev. e atual. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1996.

_____. *Mandado de Segurança contra ato judicial*. In: Revista do Advogado, nº 64, 2001.

_____. *Os Agravos no CPC Brasileiro*. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 4ª edição rev., ampl. e atual., 2006.

_____. [et al.]. *Primeiros comentários ao novo Código de Processo Civil: artigo por artigo*. 2ª ed. rev., atual e ampl. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2016.

WAMBIER, Luiz Rodrigues. *Artigos 509 a 512*. In: DANTAS, Bruno; DIDIER JR., Fredie; TALAMINI, Eduardo; WAMBIER, Teresa Arruda Alvim (coord.). *Breves comentários ao novo Código de Processo Civil*. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2015.

WATANABE, Kazuo. *Filosofia e características básicas do Juizado Especial de Pequenas Causas*. In: WATANABE, Kazuo (coord). *Juizado Especial de Pequenas Causas*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1985.

YARSHELL, Flávio Luiz. *Lei 12.016/9: ainda cabe mandado de segurança contra ato judicial?* São Paulo: Jornal Carta Forense, 04/11/2009. Disponível em: <<http://www.cartaforense.com.br/conteudo/colunas/lei-120169-ainda-cabe-mandado-de-seguranca-contra-ato-judicial/4896>>, acesso em 01/05/2020.

_____. *Artigos 381 a 383*. In: DANTAS, Bruno; DIDIER JR., Fredie; TALAMINI, Eduardo; WAMBIER, Teresa Arruda Alvim (coord.). *Breves comentários ao novo Código de Processo Civil*. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2015.

_____. *Ainda sobre as hipóteses de cabimento do Agravo de Instrumento*. Jornal Carta Forense, 01/12/2017. Disponível em: <<http://www.cartaforense.com.br/conteudo/colunas/ainda-sobre-as-hipoteses-de-cabimento-do-agravo-de-instrumento/18010>>, acesso em 24/02/2020.

XAVIER, José Tadeu Neves. *A processualização da desconsideração da personalidade jurídica*. Revista de Processo nº 254, abril/2016.

ZAVASCKI, Teori Albino. *Antecipação da tutela em face de pedido incontroverso*. Revista Jurídica, nº 301, Nov/2002.

ZEKOLL, Joachim. *Comparative Civil Procedure*. Oxford University Press. The Oxford Handbook of Comparative Law. Editado por Mathias Reimann e Reinhard Zimmermann, 2006.

ANEXO I

Em anexo, o resultado da pesquisa solicitada à Secretaria de Tecnologia da Informação e ao setor responsável pelo programa “Judiciário Eficiente” do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, acerca da quantidade de agravos de instrumento e de apelações interpostos anualmente no período compreendido entre janeiro de 2014 e setembro de 2019.

RES: Informação - Estatísticas - Agravo de Instrumento

SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO <sti.sec@tjsp.jus.br>

Ter, 05/11/2019 15:40

Para: Fernanda Biselli <fbiselli@hotmail.com>

Cc: JADER ALVES ROSA <jaderalves@tjsp.jus.br>; STI 1.5 - COORDENADORIA DO GRUPO DE APOIO TÉCNICO <grupotecnico@tjsp.jus.br>

Prezada Senhora Fernanda.

Em atenção a vossa solicitação, encaminho os dados abaixo obtidos pela equipe técnica da STI 1.5 .

Agravo de Instrumento	
Ano	Total
2014	175.380
2015	214.450
2016	201.160
2017	194.872
2018	221.355
2019	178.174

Apelação (Recurso Eletrônico)	
Ano	TOTAL
2014	449.249
2015	493.606
2016	514.450
2017	523.908
2018	503.961
2019	409.580

Att.

LUCI SETSUKO ESAKI

Supervisora de Serviço

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

STI 6 – Serviço de Apoio Administrativo ao Gabinete da STI

Complexo Administrativo Patriarca

Rua Direita, 250 – 4º andar – Centro/SP - CEP: 01002-903

Tel: (11) 4635-6048

E-mail: lesaki@tjsp.jus.br**De:** Fernanda Biselli <fbiselli@hotmail.com>**Enviada em:** segunda-feira, 4 de novembro de 2019 18:05**Para:** SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO <sti.sec@tjsp.jus.br>**Cc:** JADER ALVES ROSA <jaderalves@tjsp.jus.br>; ROBERIO PINTO SOUZA <rpsouza@tjsp.jus.br>; STI 1.5 - COORDENADORIA DO GRUPO DE APOIO TÉCNICO <grupotecnico@tjsp.jus.br>**Assunto:** RE: Informação - Estatísticas - Agravo de Instrumento

Prezados, boa tarde!

Muitíssimo obrigada a todos pelas informações!

Tenho a intenção de citá-las no texto de minha dissertação de mestrado, que apresentarei à USP no ano que vem.

Sendo assim, gostaria de saber se é possível o encaminhamento de um documento oficial que contenha as planilhas enviadas ou, ao menos, de um e-mail que, em seu próprio corpo, contenha as tabelas. Dessa forma, poderei imprimi-lo e anexar ao trabalho.

É possível?

Muito obrigada mais uma vez!

Abs.,

Fernanda R. Biselli Taques.

De: SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO <sti.sec@tjsp.jus.br>

Enviado: segunda-feira, 4 de novembro de 2019 19:37

Para: fbiselli@hotmail.com <fbiselli@hotmail.com>

Cc: JADER ALVES ROSA <jaderalves@tjsp.jus.br>; ROBERIO PINTO SOUZA <rpsouza@tjsp.jus.br>; STI 1.5 - COORDENADORIA DO GRUPO DE APOIO TÉCNICO <grupotecnico@tjsp.jus.br>

Assunto: ENC: Informação - Estatísticas - Agravo de Instrumento

Prezada Senhora Fernanda.

Em atenção a vossa solicitação, encaminho planilha anexa fornecida pela equipe técnica da STI 1.5, com os dados levantados.

Att.

LUCI SETSUKO ESAKI

Supervisora de Serviço

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

STI 6 – Serviço de Apoio Administrativo ao Gabinete da STI

Complexo Administrativo Patriarca

Rua Direita, 250 – 4º andar – Centro/SP - CEP: 01002-903

Tel: (11) 4635-6048

E-mail: lesaki@tjsp.jus.br

De: JADER ALVES ROSA <jaderalves@tjsp.jus.br>

Enviada em: segunda-feira, 4 de novembro de 2019 13:04

Para: SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO <sti.sec@tjsp.jus.br>

Cc: LUCI SETSUKO ESAKI <lesaki@tjsp.jus.br>; FABIANO SOUSA MARTINS <fsmartins@tjsp.jus.br>; STI 1.5 - COORDENADORIA DO GRUPO DE APOIO TÉCNICO <grupotecnico@tjsp.jus.br>

Assunto: RES: Informação - Estatísticas - Agravo de Instrumento

Prezada Luci,

Encaminho anexo planilha com os dados solicitados, a pedido da Sra. Adv. Fernanda R. Biselli Taques.

Segue as regras consideradas para extração, de acordo com levantamento de requisitos realizado junto a solicitante em 07.10.2019:

- Relatório Quantitativo dos Agravos de Instrumentos (cadastrado como originário em 2ª instância) e Apelação (Recurso Eletrônico);
- O quantitativo deve englobar os processos físico e digitais;
- O quantitativo deve ser separado por ano desde 2014 até setembro de 2019.

Estou à disposição.

Atenciosamente

JADER ALVES ROSA
Coordenador

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

STI 1.5 – Coordenadoria do Grupo de Apoio Técnico
Rua Direita, 250 - 5º andar
São Paulo/SP - CEP: 01002-903
Tel: (11) 4635-6133
E-mail: jaderalves@tjsp.jus.br

De: SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO <sti.sec@tjsp.jus.br>

Enviada em: segunda-feira, 16 de setembro de 2019 16:57

Para: JADER ALVES ROSA <jaderalves@tjsp.jus.br>

Assunto: ENC: Informação - Estatísticas - Agravo de Instrumento

Prezado Jader.

Consulto se seu setor é o indicado para obtenção e fornecimento dos dados abaixo solicitados.

Att.

LUCI SETSUKO ESAKI
Supervisora de Serviço

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

STI 6 – Serviço de Apoio Administrativo ao Gabinete da STI
Complexo Administrativo Patriarca
Rua Direita, 250 – 4º andar – Centro/SP - CEP: 01002-903
Tel: (11) 4635-6048
E-mail: lesaki@tjsp.jus.br

De: Fernanda Biselli <fbiselli@hotmail.com>

Enviada em: quinta-feira, 12 de setembro de 2019 10:50

Para: JUDICIARIO EFICIENTE <judiciarioeficiente@tjsp.jus.br>

Assunto: Informação - Estatísticas - Agravo de Instrumento

Prezado(s), bom dia! Tudo bem?

Sou pesquisadora e estou cursando o mestrado em Direito na USP.

Minha pesquisa envolve a recorribilidade das decisões interlocutórias de 1º grau e me seria muito útil obter dados e estatísticas acerca da quantidade de apelações e agravos de

instrumento que são distribuídos e julgados pelo TJ/SP.

É possível obter estes dados? Poderiam me orientar de alguma forma?

Agradeço imensamente.

Att.,

Fernanda R. Biselli Taques.